

ARTIGO

ÍNDIOS E BRANCOS NO OESTE DO PARANÁ: FRONTEIRA OU FRICÇÃO INTERÉTNICA

*Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro - UNIOESTE**

RESUMO: Comumente o discurso sobre o oeste paranaense o apresenta como região rica e “progressista”, cuja pujança estaria pautada, dentre outras questões, nas características assumidas pela sua colonização. Este artigo discute este processo enquanto cenário de conflitos, em que a expansão da sociedade nacional, - colonos gaúchos e catarinenses, em busca de melhores condições de vida, e Estado Brasileiro, querendo nacionalizar as fronteiras e fazê-las partícipes do “progresso” nacional - se dará às custas da progressiva redução dos territórios indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: *Guarani; Oeste do Paraná; Contatos interétnicos; Fronteira.*

Este artigo propõe refletir sobre alguns momentos em que se processou o contato entre etnias distintas no território compreendido hoje como oeste do Paraná¹. Especificamente tenciona compreender a estrutura e a dinâmica das relações entre os índios Guarani e diferentes segmentos da sociedade nacional em função de dois períodos específicos do processo de conquista,

* Professora Assistente do Curso de História na UNIOESTE. Mestre em História Ibero-Americana – PUC/RS

¹ Oeste Paranaense conforme definição do IBGE – Censo Demográfico/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. Divisão Territorial do Brasil com indicação das Unidades da Federação das Mesorregiões geográficas e municípios. 1991. p. 119-120

sendo estes a colonização contemporânea da região por migrantes sulistas, iniciada aproximadamente nos anos entre 1940 e 1960, e o deslocamento e redução de áreas indígenas, por ocasião da formação do Lago de Itaipu, na década de 1980.

O referido escopo está fundamentado em pesquisas que se vêm desenvolvendo desde 1996, as quais têm dentre outros objetivos o incremento nas discussões vinculadas à produção historiográfica sobre o oeste, além do levantamento e análise de fontes históricas que possibilitem a constituição de um acervo documental que trate das sociedades indígenas nesta região, bem como a inclusão destas enquanto sujeitos da história que por aqui se passa.

Cabe considerar que até poucos anos atrás muito pouco se realizara em termos de produção historiográfica centrada na construção de uma “história do oeste paranaense”, e o pouco que havia devia-se a iniciativas de Prefeituras Municipais ou órgãos oficiais², resultando em obras que, carecendo em muitos casos de uma base teórico-metodológica mais consistente, contribuíram para forjar uma “história oficial” do oeste, de caráter, no maior das vezes, laudatório. Esta história terá no papel de bravos heróis desbravadores os pioneiros, e no de porta-vozes do progresso as Companhias Colonizadoras que, com suas ações, tornam viável a ocupação da região por segmentos da sociedade nacional. Os discursos historiográficos constituídos nestes moldes, traduzem toda a complexidade de um processo dinâmico e permeado de conflitos, que é o da colonização, de maneira simplista e pouco reflexiva, excluindo a possibilidade de que outros sujeitos participassem de sua constituição.

A partir de 1992, no entanto, configurando-se como uma superação de tais modelos “oficialescos”, alguns professores vinculados ao Departamento de História da UNIOESTE e ao

² Dentre tais obras podem-se citar SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1984 e COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

CEPEDAL - (Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação sobre América Latina) - implementam projetos³ que visavam coletar fontes históricas relativas ao oeste, constituindo e preservando acervos documentais, além de discutir e analisar o que havia em termos de produção historiográfica sobre a região. Na esteira de tais iniciativas surge uma variada gama de trabalhos sobre a história regional, concretizadas em monografias de conclusão de curso de graduação em história, de pós-graduação *lato sensu*, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos em revistas especializadas, livros, etc⁴.

A partir dos vários estudos desenvolvidos, paulatinamente outros sujeitos vão surgindo, assim como outras histórias. Não se pode todavia afirmar que a “imagem oficial” do oeste, que pode ser descrita como uma terra próspera, construída por gente trabalhadora que com seu suor edificou o progresso, tenha esvanecido. A “gente trabalhadora”, mencionada acima, consiste basicamente de migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de italianos e alemães que chegaram a esta terra, “despovoada”, “virgem”, e com muito trabalho e esforço desbravaram-na, fazendo-a progredir.

Esta maneira de conceber a história oestina traz em si algumas implicações. Em primeiro lugar tal discurso continuamente repetido acaba por ser percebido como realidade, ponto significativo na construção de uma identidade regional. Bourdieu, ao trabalhar

³ Foi implementado a partir de 1992, junto ao CEPEDAL e Departamento de História e Geografia, um grande projeto “Levantamento de Fontes Históricas sobre o Oeste do Paraná”, composto por três sub-projetos: “História Viva”, “Estruturas Agrárias e Migrações: a colonização do Oeste do Paraná” e “Levantamento e Análise de Fontes Históricas do Município de Toledo-PR”. Os projetos foram idealizados e realizados pelos professores Regina Weber, Jurema Brites, Valdir Gregory, Francisco César Alves Ferraz, Lia Güths, Sarah Ribeiro, Yonissa Marmitt Wadi, Erneldo Schallenberger, além dos alunos bolsistas de iniciação científica.

⁴ A dimensão do incremento nos estudos voltados para a história da região é perceptível, dentre outras razões, pelo volume de trabalhos de conclusão de curso de Graduação em História na Uniãoeste, além de monografias de pós-graduação *lato sensu* – Especialização, as quais se encontram disponíveis para consulta na Biblioteca da Uniãoeste/Campus de Marechal Cândido Rondon.

a questão da procura dos critérios para o estabelecimento da identidade “regional”, considera que os mesmos, quer sejam, a língua, o dialeto, o sotaque, ou no caso a origem étnica do migrante, são objeto de

representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manifestações simbólicas que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 1989: 112).

Desta forma, a historiografia sobre a região contribui para a heroicização do pioneiro e no forjar da identidade deste oeste paranaense erigido por “gente que faz”, impossibilitando a percepção ou mascarando o sentido da colonização, sua inserção num contexto socioeconômico mais amplo e, principalmente, a possibilidade de outros sujeitos nesta história que não compartilham dessa “identidade” regional.

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989: 113).

Através do desenvolvimento do projeto “História Viva”, que tinha como objetivo a “recuperação da memória histórica” de Marechal Cândido Rondon através da coleta de depoimentos orais dos “pioneiros”, surgiram inúmeras possibilidades de trabalho fundamentalmente no que tange às populações indígenas que habitavam a área quando inicia o processo de colonização, na medida em que os depoimentos contribuem para desfazer a

perspectiva do “vazio demográfico”⁵, ou seja, a concepção de que o oeste é um espaço vazio de gente, território “virgem”, “inculto”, “pronto para ser povoado”. A partir de então vê-se delinear a possibilidade de que outros sujeitos estivessem presentes no cenário da colonização.

Em virtude do exposto, a partir de 1996 o “História Viva” assume um novo viés, que será a coleta de depoimentos orais com populações indígenas, objetivo este ampliado a partir de 1997 com a execução do projeto “Levantamento e Análise de Fontes Históricas sobre Sociedades Indígenas do Oeste do Paraná”. Consistindo num desdobramento do primeiro, este permitirá que, além da coleta de depoimentos orais, se redimensionem as possibilidades de investigação ao propor e efetivar a coleta e organização de outros tipos de documentos históricos voltados para a construção de uma história indígena recente no oeste do Paraná.

Um dos resultados mais expressivos do desenvolvimento deste projeto será o contato com o significativo volume de fontes escritas disponibilizadas pela Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional, as quais, após serem devidamente organizadas e contando com o aval da empresa, serão incorporadas ao acervo do CEPEDAL, passíveis então de consulta por parte de outros pesquisadores interessados em investigar temas vinculados a questões indígenas na região.

Esta documentação compreende um montante significativo relacionado ao processo de desapropriação de terras guaranis no oeste paranaense em função da construção da Usina, bem como aos deslocamentos e situação dos indígenas nesta área. Consiste em atas, memorandos, laudos antropológicos, levantamentos arqueológicos, relatórios, ofícios, fotografias, correspondências trocadas com organismos internacionais financiadores da construção da Hidroelétrica, com os Guarani, com organizações não-

⁵ A perspectiva de vazio demográfico é discutida por: MOTTA, Lucio Tadeu. *A guerra dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

governamentais, instituições religiosas, além de toda sorte de material escrito que o imbróglio possa ter produzido, incluindo fontes que permitem recuperar os deslocamentos Guarani a partir, aproximadamente, das décadas de 1940/50, devido à necessidade da empresa de fundamentar-se para dirimir a questão do deslocamento dos territórios indígenas.

1. Há índios no Oeste?

O desenrolar do trabalho sobre as fontes tem demonstrado a efetiva presença Guarani na região em momentos diversos. A construção de um conhecimento historiográfico sobre este território que levasse tal presença em consideração, no entanto, trouxe em si questões de caráter metodológico, no que se refere a um arcabouço teórico pertinente para explicitar o processo que está se propondo investigar.

A perspectiva aqui não é buscar um “modelo” aplicável a qualquer tempo e lugar, mas tão somente se considera que uma consistente formulação teórico-metodológica possibilite uma leitura procedente sobre a questão indígena no oeste paranaense. Destarte, evitar-se-á que, ao trazer à tona a presença de índios na região, se acredite estar superando ou sobrepondo uma história mais “verdadeira” a uma outra “mitificadora”, significando tão somente outra possibilidade de produzir conhecimento sobre estas terras. Nesta, ao invés de representar a história do oeste enquanto resultado de um processo contínuo de trabalho que gera prosperidade e desenvolvimento, mascarando conflitos e contradições, propor-se-á uma história para a região em que estejam presentes outros sujeitos, cuja colonização resulte de conflitos que se perpetuam até a contemporaneidade. Desta forma, a presença indígena na história oestina deverá permitir contrapor à concepção de um grupo homogêneo que “partilha de uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica de sua unidade” (BOURDIEU, 1989: 117), um cenário pleno de contradições, neste caso contradições étnicas, substituindo a noção de região uma por um palco de divisão, fronteira cultural.

A procura por referenciais teóricos que pudessem fazer frente à problemática que ora se apresenta, levou à consulta de dois autores que, dentre outros, contribuíram para a redação deste ensaio. Em primeiro lugar, José de Souza Martins e o conceito de fronteira que ele concebe como “cenário de intolerância, ambição e morte” (MARTINS, 1997: 11) e, em segundo, mas não menos importante, Roberto Cardoso de Oliveira com sua noção de fricção interétnica, tida pelo autor enquanto única forma plausível de avaliar a situação de contato (OLIVEIRA, 1972)⁶.

Os autores acima referenciados, respectivamente nas suas obras “*Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*”, editada em 1997; e “*O Índio e o Mundo dos Brancos*”, publicada pela primeira vez por volta de 1963, trarão estudos de caso que tratam do avanço da sociedade nacional sobre terras indígenas e os conflitos daí decorrentes. Martins aborda o tema a partir da formulação do que ele chama de uma “teoria da fronteira”, que consiste no seu ponto de vista num desdobramento da teoria da expansão territorial do capital, em que territórios são ocupados quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra. Oliveira, por outro lado, trabalha a questão da fricção interétnica pautado numa interpretação sociológica, onde pretende investigar a situação de confronto entre duas sociedades diferentes na sua totalidade. Considera-se, outrossim, que as duas perspectivas serão como que complementares para a elaboração deste estudo, o que poderá ser visualizado quando se estiverem analisando alguns momentos do contato interétnico no oeste.

(...) a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (...) Dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a Cultura da

⁶ Outros autores poderiam fundamentar a discussão sobre a dinâmica do contato, no entanto optou-se pela abordagem referenciada por considerá-la condizente com os objetivos propostos para este artigo.

Natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é (MARTINS, 1997: 13).

O projeto que fundamenta este artigo, ao propor localizar, organizar e analisar informações sobre o passado indígena, constitui-se em elemento de preservação da memória social e do patrimônio histórico desta região, mas principalmente dá a perceber a pluralidade de vias de análise de um processo no qual costuma ser enaltecida a atuação de segmentos da sociedade nacional, relegando os índios ao total desconhecimento, por não terem produzido conhecimento sobre si.

Uma história indígena consiste numa história não produzida a partir de concepções hegemônicas em virtude de uma proeminência político-econômico-social, concebendo a respeito de um mesmo processo representações múltiplas, nas quais a personagem central não há que ser o pioneiro, mas sim a “vítima”, o índio.

É na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano. (...) Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do Outro, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do Nós. Refiro-me, também à liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira e às ambigüidades que dela decorrem. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, 1997: 12-13).

A intenção neste ensaio não é esgotar todas as variantes que tal história possa ter, nem tampouco abordar todos os grupos e/ou nações indígenas que tenham estado, ou eventualmente se fixado, aqui. Objetiva-se tão somente, a partir de discussões sobre a dinâmica do contato entre parcialidades Guarani e segmentos da sociedade nacional em dois momentos históricos claramente

delimitados, ou seja, no período compreendido como de colonização contemporânea da região, nos anos de 1940/1960, e por ocasião dos deslocamentos das áreas indígenas no oeste em virtude da formação do Lago de Itaipu na década de 1980, dar a perceber a densidade, bem como a viabilidade de se proceder à construção de uma história indígena do território que é hoje denominado oeste do Paraná.

Tendo como pressuposto que o contato interétnico deve ser compreendido como “uma totalidade sincrética, ou em outras palavras, enquanto situação de contato entre duas populações dialeticamente ‘unificadas’ através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes” (OLIVEIRA, 1972: 127), pontifica-se que uma concepção possível sobre as fases do processo de colonização do oeste neste abordadas, é concebê-las enquanto situações de contato, nas quais segmentos da sociedade colonial e/ou nacional avançam sobre os territórios indígenas que consideram como seus de direito, vendo no índio uma ameaça e um entrave ao desenvolvimento e ao progresso. O direito a que esses elementos engajados nas frentes de expansão se arvoram, está ligado a uma pretensa “superioridade” de uma sociedade que domina tecnologias, professa o cristianismo e está vinculada a uma economia de mercado, sobre outra, de ritmos lentos, não cristã e de economia de subsistência. A situação de contato, no entanto, não deve ser tomada enquanto encontro de culturas⁷ desiguais, em que pese uma relação de superioridade/inferioridade, mas sim enquanto oposição de duas sociedades diferentes entre si, lutando cada qual em primeiro lugar, pela posse da terra e por conseguinte, pela imposição de sua visão de mundo sobre àquela com a qual está em confronto.

Darcy Ribeiro (1970), ao refletir sobre a expansão da sociedade nacional sobre territórios indígenas, chama atenção para

⁷ Optou-se pela definição de cultura proposta por Umberto Eco: “(...) o termo é entendido no sentido que lhe confere a antropologia cultural: é cultura toda intervenção humana sobre o dado natural, modificado de modo a poder ser inserido numa relação social”. (ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 5).

a diversidade de “faces” que os “brancos” assumem diante das populações indígenas, observando que cada uma delas destrói ou integra o índio à sua maneira, segundo a dinâmica do seu pioneirismo. Se por um lado esta proposição tem o mérito de fugir de generalizações, percebendo as especificidades dos diversos segmentos que empreendem a conquista territorial; por outro, nega aos indígenas qualquer participação na situação de contato, situando-os como vítimas passivas diante do dominador.

Neste sentido, propõe-se trabalhar as relações interétnicas entre brancos e Guarani no território oeste enquanto situação de contato, fronteira, na qual estarão presentes as dinâmicas específicas de duas sociedades em confronto.

2. Os Guarani e a ocupação do Oeste do Paraná

Muito embora não se pretenda discutir a situação do contato durante o período colonial e aqueles imediatamente posteriores, faz-se necessário considerar que o território hoje denominado oeste paranaense fez parte da chamada Província do Guairá, fundada por enviados assuncenhos por volta de 1577. A partir desta data os índios da região serão “repartidos” e “encomendados” a colonos espanhóis, o que não se dará sem conflitos, sendo que após 1610 o Guairá tornar-se-á alvo das atenções dos Cavaleiros de Jesus, os quais iniciam ali uma atividade missionária. Esta terá seu ocaso provocado pelas incursões dos bandeirantes paulistas, que levarão ao relativo despovoamento da área. Não há uma “causa” apenas, podendo-se afirmar que será o contexto colonial que impõe, aos Guarani, pestes, escravidão, aculturação, cativo e perseguição, o grande responsável pelo etnocídio. O padre Melià pontifica que a história como que se ausentou do lugar, sem índios o Guairá não fazia mais parte dos interesses coloniais (MELIÀ, 1988).

A partir do estabelecimento do Tratado de Madrid (1750) operaram-se significativas transformações nas questões fronteiriças nas colônias ibéricas, bem como desenharam-se as condições para a expulsão dos jesuítas destes territórios, fator

este que trará em si uma forte reação dos Guarani aldeados e um reenquadramento dos que não haviam sido “reduzidos”.

Neste sentido considere-se que, grosso modo, parte dos Guarani reduzidos irão, em função de um processo de miscigenação/assimilação, compor a sociedade nacional paraguaia. Outros, no entanto, retornam à vida conforme padrões culturais ancestrais, reincorporando-se a comunidades que não haviam sido cristianizadas. Serão os descendentes destes Guarani que constituirão as povoações indígenas Guarani na atualidade. Estes, tendo sobrevivido embrenhados nas matas que recobriam seu território nos dois últimos séculos, buscam manter-se distantes das novas frentes colonizatórias, que, à medida que a população nacional torna-se mais densa, serão mais constantes e sempre ameaçadoras.

O período compreendido entre o despovoamento do Guairá em meados do século XVII e o início de sua inserção na economia nacional, em fins do século XIX, embora tenha acervada documentação a seu respeito⁸, dispõe em contrapartida de poucos estudos sistematizados.

A partir do final do século XIX, a zona Guaireña torna a ser palco de intensa atividade econômica ao despertar o interesse de frentes de expansão nacionais e estrangeiras em razão da exploração da erva-mate. Dentro desse sistema não se pressupunha nenhuma atividade de cultivo ou apropriação do solo, mas tão somente a exploração predatória dos recursos naturais, fundamentada na utilização da mão-de-obra indígena.

A primeira expressão de ocupação brasileira da região de que vimos tratando se processa nos últimos decênios do século passado quando, após o final da Guerra do Paraguai, há, por parte do exército, a intenção de “nacionalizar” os territórios mais a oeste do Império. Tal intenção concretiza-se através da fundação da Colônia Militar e outras providências que visavam coibir as atividades de companhias “obreras” estrangeiras que aqui

⁸ A existência de documentação relativa ao período é atestada pelo cuidadoso levantamento documental realizado por MOTA, L. T. *Op. cit.*

atuavam. O processo de nacionalização, com seus sucessos e retrocessos, começa a tomar feições mais definidas a partir da década de 1920, quando inicia a ação das Companhias Colonizadoras, muito embora tenham as mesmas sofrido vários revezes em função das distâncias, do péssimo estado dos caminhos, bem como da falta absoluta em termos de infra-estrutura (WACHOWICZ, 1982).

Até 1950, o Estado brasileiro empreende uma série de medidas visando à nacionalização destas fronteiras, o que será levado a efeito através de projetos colonizatórios implementados por exemplo pela Industrial Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S.A., a MARIPÁ, a qual tem atuação exemplar no sentido de incorporar este território à nação brasileira. Características fundamentais no seu plano de colonização serão as pequenas propriedades, não superiores a dez alqueires, ocupadas por colonos provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; infra-estrutura que permite a fixação dos colonizadores e segurança no que se refere aos títulos de propriedade.

A ação das Companhias Colonizadoras, além de nacionalizar as fronteiras, tornando-as colaboradoras do progresso do Brasil, funciona como elemento de escoamento de contingentes populacionais expulsos dos seus locais de origem em virtude do crescimento demográfico e conseqüentes pressões socio-econômicas: “dirigem-se os descendentes de colonos para outras fronteiras à procura de alternativas ocupacionais” (LINHARES, 1997: 181).

3. Os Guarani no Oco’y

As parciaisidades Guarani presentes hoje no território brasileiro são Pai-Tavytera, ou Kaiowa, Guarani Mbýá e Guarani Ñandeva. Os primeiros ocupam o sul do Estado do Mato Grosso do Sul e zonas limítrofes em território paraguaio. Os Mbýá, por sua vez, espalham-se por um território mais amplo, estando presentes em áreas dos estados brasileiros do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Encontram-se ainda nas

Províncias de Misiones e Entre Rios na Argentina e na banda leste do Paraguai (ALMEIDA, 1995).

Hoje os Guarani presentes no oeste paranaense estão concentrados basicamente no Posto Indígena de Santa Rosa do Oco'y, próximo ao município de Medianeira – Pr., e numa reserva de cerca de 1900 hectares no município de Diamante do Oeste. Dentre estes existem algumas famílias Mbÿá, embora sejam maioria Ñandeva, os quais estão presentes ainda no Mato Grosso do Sul, São Paulo e oeste paraguaio.

Mais especificamente as comunidades Guarani Ñandeva podem ser localizadas em uma região que compreende o Rio Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, sobre a serra de Maracaju; espalhando-se para o sudeste paraguaio até o rio Jejuí, sendo que o mesmo consiste em fronteira cultural entre os Mbÿá e os Ñandeva; abrange ao sul até o rio Acaray, no Paraguai, e o Iguazu, no Paraná prolongando-se por este último em direção a leste, até as cabeceiras dos rios Piquiri, Ivaí, Tibagi e Paranapanema. Encontram-se ainda alguns assentamentos Ñandeva pelo litoral e interior do Estado de São Paulo. Dentre o grupo Ñandeva distribuído pelo território acima referido, Kurt Nimuendaju relaciona quatro divisões sub-grupais: os Iguateiygua; os Kaiarugua; os Mbaraka juigua e os Paranaygua. Estes últimos ocupariam as proximidades do Rio Paraná e é onde se incluíam os Guarani de Jacutinga ou Oco'y (NIMUENDAJU, 1978: 33).

Em virtude da carência de documentação, é extremamente complexo recuperar uma história recente das populações Guarani no Estado do Paraná, considerando-se que até 1973 não há reconhecimento oficial da presença dos mesmos no Estado. A idéia norteadora do órgão responsável naquele momento pelo trato com os indígenas, o SPI⁹, instituída como princípio de lei, era “o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles

⁹ SPI – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo Decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano (RIBEIRO, 1970: 157).

próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aquele que aprenderam de seus antepassados e que só *lentamente podiam mudar*”¹⁰ (RIBEIRO, 1996: 158).

Darcy Ribeiro, ao proceder a um balanço das atividades que o SPI desenvolveu ao longo de seus cinquenta anos de existência, afirma que o mesmo esteve durante este período envolto em duas sortes de problemas: aqueles da sociedade brasileira em expansão que via no índio o último obstáculo a transpor para ocupar novos territórios; e os problemas das populações indígenas envolvidas nessa expansão. Destarte, pontifica que, por conta da atuação de tal órgão, vastas regiões do país “foram ocupadas pacificamente pela sociedade brasileira, e os índios que as habitavam passaram a viver nos postos indígenas, assentados em pequenas parcelas dos antigos territórios tribais” (RIBEIRO, 1996: 169).

Isto posto, reputa-se que o autor idealiza a ação do SPI cujo ideário, forjado a partir de elementos positivistas e evolucionistas, vai-se concretizar em procedimentos que visam evitar que os indígenas obstruam o “progresso nacional” e a “eficiente utilização econômica” das terras que ocupavam. Desta forma, a progressiva restrição das áreas indígenas justifica-se de um lado pela inserção das mesmas à área de influência da economia capitalista, e de outro pela proximidade entre índios e brancos enquanto elemento viabilizador da “evolução” dos primeiros.

Muito embora seja fato a pouca documentação, o que denota aquela existente e que foi possível consultar, é que no oeste do Paraná, aos moldes do que se processou em outras regiões do Brasil, as frentes de expansão da sociedade nacional irão inexoravelmente apropriar-se dos terrenos indígenas, acossando-os em áreas cada vez menores. Na região próxima a Foz do Iguaçu existia a Colônia Indígena Guarani, reconhecida e demarcada com

¹⁰ Grifo meu

área de cerca de 500 ha. Corresponderia hoje ao bairro Três Lagoas, de Foz do Iguaçu. Conforme o Processo de Discriminação de Terras Devolutas do INCRA, em 1977 não havia qualquer indígena naquela área, estando completamente ocupada por posseiros que a cultivavam aos moldes de lavouras mecanizadas. Um relatório da FUNAI de 1981, impreciso no que diz respeito às origens das informações, afirma que grande parte da população Guarani da Colônia teria sido dizimada por um surto de malária no final dos anos 40, e seus descendentes ter-se-iam retirado da área por pressão das frentes colonizatórias nos dois decênios seguintes.

Advindos da Colônia Indígena Guarani, e de outras ainda menos conhecidas, os Ñandeva passam a perambular por toda a região que consideram como seu território, perfazendo a área entre o Rio Iguaçu e a atual cidade de Guaíra não conseguindo, no entanto, fixar-se nos locais em virtude da presença dos colonos. “Nesse processo chegaram à beira do Paraná e passaram a ocupar, já na década de 1960, seus afluentes, formando o “teko’á guasu” de Jacutinga composto por grupos familiares assentados nos rios Jacutinga, Oco’y, Guaxirõ, Guaxirõ’y, Bela Vista, Pirito, Passo Kue e Porto Irene” (ALMEIDA, 1995).

A área referida, conhecida como Gleba 84, contava com 12.500 ha. sendo chamada Terreno Ocoí, localizada nos municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu. Inicialmente destinada, por Decreto Federal (nº 69.412 – 22.10.71), a assentar famílias de colonos a serem retiradas do Parque Nacional do Iguaçu, era todavia já ocupada por cerca de 160 famílias de Guarani Ñandeva, o que não foi levado em consideração por ocasião do referido decreto. Em 1973, quando a FUNAI toma conhecimento oficialmente da presença destes índios na região, a zona ocupada pelos mesmos não passava de 1.500 ha. próximos de Foz do Iguaçu para onde foram levados por obra das frentes de expansão da sociedade nacional.

Tendo como objetivo investigar a questão da terra nesta região em função da construção da Usina de Itaipu, em 1977 a FUNAI designa funcionários (Portaria nº 162/P – 23.04.77) para

examinar o local e fazer o levantamento da população indígena ali existente. Estes funcionários concluem que haviam na área apenas onze famílias Guarani, chegando a este número unicamente através de informações prestadas por funcionários INCRA¹¹, procedimento aliás, deveras discutível.

Considera-se que, se os índios tivessem sido consultados, as conclusões sobre seu número teriam sido diferentes, o que dão a perceber os depoimentos coletados por esta pesquisa. Conforme os relatos de Teodoro e de sua mãe D. Maria (dep. 22.11.96), o chamado Terreno Oco'y contava com 12.500 ha., tendo sido alvo de fixação dos Guarani Ñandeva já na década de 1940, e no decorrer dos vinte anos seguintes foi invadido por colonos que, ocupando a terra, deslocam os índios para áreas cada vez menores.

No final dos anos 70, quando em virtude da construção da Usina de Itaipu e desdobramentos ulteriores, a FUNAI intensifica seus estudos sobre a presença indígena na área, a parcela onde estão fixados os Guarani não atinge mais do que 1.500 ha., habitados por cerca de 160 famílias, o que significaria mais ou menos 800 pessoas vivendo no "teko'á" de Jacutinga. A fixação dessas famílias em tal local é resultante dos deslocamentos provocados pelo avanço dos colonos e conseqüente restrição das áreas indígenas na região.

O processo de desapropriação das terras guaranis a serem cobertas pelas águas do futuro Lago de Itaipu foi permeado de conflitos. Partindo de um equívoco – a direção da Usina supõe serem onze famílias a reassentar, enquanto os índios afirmam ser na verdade cento e sessenta – os encaminhamentos que seguem vão estar de certa maneira vinculados ao problema inicial. Além disso, os procedimentos daqueles responsáveis pela questão junto à Hidroelétrica, bem como aos órgãos oficiais, como é o caso da

¹¹ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Órgão do Governo Federal responsável pelo levantamento cadastral das propriedades agrícolas e a demarcação de áreas prioritárias para colonização e reforma agrária, responsabilizando-se também pelas medidas executivas para sua implementação (GIOVANETTI, Gilberto. *Melhoramentos - dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos*. São Paulo: Melhoramentos, 1996).

FUNAI e do INCRA, não demonstram que houvesse muita clareza sobre “o que fazer com os índios?”. Tanto é assim que durante as negociações serão oferecidos para o assentamento dos indígenas desde lotes individuais para cada família nuclear, aos moldes das propriedades dos agricultores na região, até uma área contínua de 253 ha., proposta esta que acabou por se concretizar.

Quanto aos Guarani, resistem à expropriação de suas terras, recusando-se em muitos casos a abandonar a área a ser alagada. O avanço das águas, contudo, obriga os mesmos a aceitarem o terreno de 253 ha. oferecido pela Itaipu, que é insuficiente para a sobrevivência das cerca de oitocentas pessoas, as quais, segundo eles, compõem na época o teko’á de Jacutinga. Assim, em razão de mais uma onda do avanço da sociedade nacional sobre terras indígenas, estes terão que subsistir em áreas ínfimas, inadequadas aos seus padrões culturais; ou ainda dispersar-se, buscando outros locais para sobreviver.

Em consonância com o que consta no relato de um depoente (depoimento Teodoro, 25.11.96), muitas famílias Guarani, após terem suas terras cobertas pelas águas, encontrar-se-ão dispersas pelas margens e ilhas próximas ao Rio Paraná, ou locais mais distantes do Paraguai e Argentina, havendo aqueles que se dirigiram para Postos Indígenas, como o do Rio das Cobras e de Pinhalzinho, ou seja, desterritorializa-se completamente a sociedade.

(...) inclusive quem tava interessado em receber uma parte, indignação né, cada família recebeu, senão vai ter que sair, não tem jeito. Quem receber sai, quem não receber também sai, não tem jeito. e quando aconteceu isso, quando chegou informação a gente ficou assim: ‘vamo ter que sair’ (...) E daí famílias foi de Jacutinga pra Laranjeiras (...), Argentina, Paraguai. Antes de Jacutinga alagada já, as famílias tinham saído, porque não tem jeito tem que saí (...) (dep. Teodoro, 25.11.96).

Os Mbÿá e os Ñandeva são dois sub-grupos dentro da matriz etno/cultural denominada Guarani, e mesmo existindo algumas diferenças em termos de “modos de ser e viver” entre ambos, as

mesmas não se apresentam intransponíveis, já que frutos de uma mesma matriz cultural. A presença dos primeiros no oeste paranaense se deve às circunstâncias impostas pelo contato com as frentes colonizatórias, visto que essa região não é tradicionalmente ocupada pelos Mbýá. Originalmente teriam vindo da região de Itakyry, no Paraguai, que perfazia tanto seus territórios, como também dos Ñandeva e se constituía no “camiño de la Yerba”, onde estava instalada a administração central da Industrial Paraguaya, empresa importante no ramo das obrages (ALMEIDA, 1995).

O trabalho pesado da coleta da erva e do corte e transporte da madeira eram realizados pelos Guarani da região. Em virtude do esforço e dos maus tratos a que eram submetidos pelo sistema “obragero”, sem contar o fato de que a forma de trabalho que eram obrigados a realizar não era adequada aos seus padrões culturais, os índios resistem, e tal resistência dar-se-á basicamente no sentido de se eximirem do trabalho, refugiando-se em áreas onde ficassem fora do alcance dos brancos. A migração dos Mbýá Guarani os trouxe da região de Itakyry, cruzando territórios Ñandeva, em pleno período de exploração ervateira, até uma área próxima ao local que hoje é a cidade de Toledo – PR, o que teria se dado em torno de 1920.

A fixação dos Mbýá Guarani em Toledo, todavia, não lhes garante ficar definitivamente livres do contato com mais uma frente de expansão, manifesta na “limpeza” da região oeste do Paraná por obra das Companhias Colonizadoras, de modo a viabilizar a vinda de agricultores sulinos. Quando inicia a desocupação da área os Mbýá ali aldeados somavam cerca de trinta famílias, o que poderia compreender por volta de 150 pessoas. Os depoimentos dos velhos Mbýá do Oco’y atestam a forma como se empreendeu a retirada dos indígenas dos locais a serem ocupados pelos colonos: “(...) levaram em caminhão de puxar gado, colocou a família e daí levava como gado” (D.Maria, dep. de 25.11.96).

Com a aproximação da colonização viram-se obrigados a procurar outros locais para fixarem-se. Grande parte das famílias

foi levada nos caminhões referidos por D. Maria para postos indígenas, principalmente os de Rio das Cobras e Laranjinha, depois de algum tempo nestes locais um grupo parte em direção a São Paulo, outro vem juntar-se aos Nandeva do Oco'y, sendo que um pequeno número de famílias, cerca de 5, permaneceu no local onde podem ser encontrados até hoje os seus descendentes.

Isso foi feito pelo INCRA (...) então Laranjeiras do Sul é pertinho do Rio das Cobras, aldeia indígena já existia antes (...) aquela área já existia quando existia comunidade de Toledo, só que prá ser cidade em 62 (1962), o fundador de Toledo achando que a comunidade indígena tá atrapalhando o desenvolvimento da cidade, por isso o pessoal que fundou a cidade de Toledo pediu pra INCRA retirasse de lá, prá se formá uma cidade, então INCRA ele, sabe como pensa, né, hoje a gente não fia muito, naquela época era pior (...). Então levaram os índios prá se ver livre, prá ser cidade (...) a cidade é garantida pelo Governo e INCRA. FUNAI, faz parte do Governo então ela vai ter que retirar os índios de lá (dep. Teodoro, 25.11.96).

Desta forma, àqueles Mbÿá que optaram por permanecer no oeste paranaense restou como única alternativa partilhar com os Nandeva a área do Posto Indígena de Santa Rosa do Oco'y, visto ter a “sociedade brasileira” ocupado praticamente todos os espaços na região.

Considerações Finais

Esteve-se até aqui expondo, de maneira breve, alguns aspectos de momentos em que entraram em confronto no território hoje chamado oeste do Paraná, índios, especificamente os Guarani, e segmentos da sociedade nacional; reputando-se que tais momentos estarão relacionados a fases distintas do processo de acumulação do capital, estando outrossim a assumir conotações, faces diferenciadas.

A princípio abordaram-se ligeiramente os primórdios da conquista, quando da implantação na região do sistema

encomendeiro. Durante a vigência do mesmo, a lógica da ocupação não contempla principalmente a fixação territorial, mas sim a extração de trabalho compulsório da população local. Faz-se mister comentar, embora não se aprofunde a questão, a heterogeneidade da sociedade colonial, que em linhas gerais pode-se discernir em colonos espanhóis, jesuítas e bandeirantes paulistas, que cada qual com suas próprias motivações, disputam a força-de-trabalho indígena. Quanto ao sistema de obras, séculos depois, apresenta basicamente a mesma forma de exploração, onde além da colheita e transporte da erva, os Guarani deverão também proceder à extração madeireira.

A colonização recente da região por migrantes descendentes de alemães e italianos estará situada num contexto econômico e político que dá ênfase ao desenvolvimento nacional, fundamentalmente a partir da industrialização e incipiente mecanização das atividades agrícolas. Conjugada com este fator, está a questão de que em muitas áreas tradicionalmente povoadas ocorre o esgotamento das possibilidades de produção, o que acaba por liberar trabalhadores. Destarte, muitos agricultores “expulsos” de suas regiões de origem, migram em busca de novas fronteiras a ocupar. Além de funcionar como escoamento para excedentes populacionais de regiões que já não oferecem possibilidade de permanência no campo, a colonização age também para “nacionalizar” o oeste, inserindo-o na lógica do capital, fazendo com que o mesmo contribua para o progresso do Brasil, o que significa expropriar os habitantes locais, os Guarani, de suas terras.

Ao mitificar a colonização, deixa-se de percebê-la na sua tragicidade, “que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias (...) contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa” (MARTINS, 1997: 15). O pioneirismo do colono oestino caracterizar-se-á pela fixação territorial, o que implica remover obstáculos eventualmente existentes, ou seja, as sociedades indígenas.

Não é objetivo deste ensaio uma análise definitiva, se é que isto é possível, sobre o contexto socioeconômico brasileiro das décadas de 1970/80, devendo-se considerar, contudo, que a

construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu foi pensada e parcialmente concretizada durante o chamado “milagre econômico”¹², momento em que o ufanismo nacionalista refletia-se no slogan: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. O fato é que, incrementado pelos Governos Militares, o processo de industrialização, iniciado sob o governo Vargas, intensifica-se, ampliando sua atuação quantitativa e qualitativamente.

O Brasil industrializado, ou melhor dizendo, o centro-sul industrializado, tornava necessário o aumento da produção energética. A solução para tanto serão as usinas hidroelétricas, dado o abundante manancial de rios em que as mesmas poderiam ser instaladas. Mais uma vez o progresso nacional, do “Brasil Grande”, manifesto na construção de Itaipu, acabará por se concretizar às expensas da redução das áreas indígenas.

A farta documentação que pôde ser consultada nos arquivos da Usina permite afirmar que a mesma não descuroou de buscar uma solução para a problemática. Isto é claramente perceptível pelas inúmeras proposições feitas aos índios, que denotam, de certa maneira, desconhecimento de como dirimir o imbróglgio. Assim, a empresa oferecerá aos índios num primeiro momento lotes individuais, ao considerá-los remanescentes, prestes a desintegrarem-se culturalmente. Efetivamente treze famílias lideradas por um certo Nicolás aceitam tal proposta, contudo, imagine-se o pânico gerado pelas águas que subiam, cobrindo definitivamente suas terras.

Os demais não aceitam os lotes, e muitos migram para o Paraguai, Argentina e Postos Indígenas do Paraná. Outros resistem, não se retiram da região, e aceitam como provisória uma área de 253 ha., a qual compreende uma faixa de aproximadamente

¹² “O novo governo, do General Médici, embalado nos mais altos índices de crescimento da história do país, calçado na entrada maciça de capitais estrangeiros e no arrocho salarial, e em um mercado internacional em expansão, proclama o ‘Milagre Brasileiro’ como o patamar inicial de um crescimento acelerado e ininterrupto”. (SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A modernização autoritária : do golpe militar à redemocratização 1964/1984*. In: LINHARES, Maria Yedda org. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro : Campus, 1996. p.301-334).

100 metros às margens do Lago de Itaipu, destinada inicialmente para o projeto de reflorestamento ou proteção ambiental implementado pela empresa.

Para os Guarani, o avanço da sociedade nacional sobre seus territórios significa colocá-los diante de uma humanidade diferente, a dos “civilizados”, e também e talvez principalmente implica em rearranjos espaciais de suas terras, mudanças estas que resultam em muitas perdas, não só de território, mas também de vida e de elementos (MARTINS, 1997).

Malgrado tais perdas geradas por séculos de “fricção interétnica”, os Guarani Mbyá e Ñandeva do oeste paranaense, ao contrário do que se poderia supor, não foram assimilados, ou melhor, não se assimilaram à sociedade nacional; nem tampouco foram exterminados física ou culturalmente. Resistiram e resistem hoje, permanecendo indígenas na sua auto-identificação e pela identificação da sociedade que os cerca.

Em hipótese alguma os índios podem ser tomados como vítimas inermes diante do processo de conquista. As relações e conflitos com Itaipu demonstram isso de maneira exemplar. Neste sentido, ao receber a área de 253 ha. os índios a aceitam como provisória. Concretamente isto quer dizer que a partir de então empreendem uma árdua batalha visando fazer reconhecer seus direitos, utilizando-se para tanto de estratégias variadas, que vão desde alianças com grupos religiosos (CIMI), até o envio de correspondência ao Banco Mundial, um dos órgãos financiadores da construção da Usina, onde expõem suas pendências com a mesma.

Conseqüentemente Itaipu é levada a rever continuamente suas posições, o que se irá se manifestar na realização de laudos antropológicos, onde a direção da empresa busca conhecer melhor a realidade indígena da região e soluções para a questão a partir das proposições dos índios. Estas podem ser sintetizadas na

reivindicação de uma área maior, adequada ao seu modo de viver e à sua densidade populacional, devendo ter pelo menos

1500 ha., localizar-se dentre os limites daquele que consideraram como seu território (entre as cidades de Foz do Iguaçu, Guaíra e Toledo), ser dotada de abundância de água e vegetação, além de situar-se o mais distante possível da sociedade nacional (ALMEIDA, 1995).

Mesmo reconhecendo o caráter paliativo das medidas cogitadas, sendo impossível devolver aos índios na íntegra os territórios que lhes foram retirados, o fato é que depois de quatorze anos, os Guarani obtêm êxito nas suas reivindicações, ao receberem no final de 1997 a posse de uma área de terra. Esta situa-se nas proximidades de Diamante do Oeste (Paraná), perfaz cerca de 1.900 hectares, e é relativamente dotada de recursos hídricos e vegetação.

Isto posto, conclui-se que a história sobre o oeste é também uma história de conflitos entre índios e brancos, em confrontos diversos. Os índios, embora relegados ao esquecimento pela memória oficial, fazem questão de continuar existindo enquanto tais, constituindo parte da heterogeneidade étnica e social que compõe o oeste do Paraná.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES PUBLICADAS

- ALMEIDA, Rubem Thomaz de. *Lauda antropológico*. Rio de Janeiro, 14 out. 1995 (mimeo).
- AZARA, Félix de. *Descripción general del Paraguay*. Madrid: Ed. Andreis Galera Gomes; Aliança Editorial (1790), 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuitas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (1549-1640), 1951. Coleção de Angelis.
- LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo orgs. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.165-184.

- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etno-história*. Asunción: Universidad Católica, 1988.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista espiritual (...)*. Porto Alegre: Martins Liveiro (1639), 1985.
- NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE; FNP; MEC, 1981.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio no mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay: etno-história de los guaraníes. Época Colonial*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1984/85.
- WACHOWICZ, Rui C. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.

DEPOIMENTOS ORAIS CITADOS

- Dona Maria. Mbýá Guaraní do PI de Santa Rosa do Oco'y. 80 anos.
Depoimento em 25 nov. 1996.
- Teodoro Verá Miry. Mbýá Guaraní do PI de Santa Rosa do Oco'y.
Depoimento em 25 nov. 1996.